

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____, DE 2007
(Do Sr. **Fernando Ferro**)

Solicita do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações acerca do recebimento de royalties do petróleo por municípios do Estado de Pernambuco.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115, inciso I, e 116, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Nelson Hubner Moreira, o seguinte pedido de informações:

- relação dos Municípios do Estado de Pernambuco que fazem jus ao recebimento de *royalties* sobre a produção de petróleo ou gás natural;
- data desde a qual cada Município passou a fazer jus ao recebimento de tais participações;
- critérios utilizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para enquadramento dos municípios como beneficiários dos *royalties* do petróleo, especialmente no caso daqueles afetados pelo escoamento de petróleo ou gás natural de determinada zona de produção.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme disposições de nossa Constituição, o petróleo e o gás natural são recursos naturais de propriedade da União; portanto, sua exploração econômica deve, por uma questão de Direito e de justiça, ser feita

de maneira a gerar benefícios para toda a população brasileira, sem qualquer tipo de distinção ou privilégio.

Por isso, cremos ser necessário buscar informações mais detalhadas sobre os critérios utilizados para o pagamento de *royalties* sobre a produção de petróleo e de gás natural, de maneira a tornar mais claros, não apenas para os representantes do povo brasileiro, como, de resto, para toda a população, as razões que levam um Estado ou Município a beneficiar-se, em maior grau do que outros, da exploração de um bem público, que – ao menos teoricamente – deveria resultar em iguais benefícios para todos os cidadãos.

Eis porque encaminhamos ao Senhor Ministro de Minas e Energia o presente pedido de informações, para que, de posse do conhecimento dos critérios usados para a distribuição dos *royalties* pela exploração do petróleo e gás natural, caso julgemos necessário e tendo o devido embasamento, possamos lutar para que se faça, de maneira igualitária e mais justa, entre todos os cidadãos brasileiros, a repartição do resultado da exploração econômica dos bens pertencentes ao patrimônio comum do povo brasileiro.

Sala das Sessões, em de de 2007.

Deputado FERNANDO FERRO